

Um museu, duas salas e os indígenas: a educação das relações étnico-raciais e a indigenização no Museu Júlio de Castilhos

Mariana Ribeiro¹, UFRGS

Resumo

O artigo expõe de que formas a História e a Cultura Mbyá-Guarani são retratadas no espaço do Museu Júlio de Castilhos. O objetivo do texto é compreender os papéis que a instalação da nova Sala Indígena e do plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho” possuem enquanto espaço e ação pedagógica de Ensino de História e como eles respondem às recentes concepções de Educação das Relações Étnico-Raciais. Para isso é comparada a montagem e a expografia da antiga Sala Farroupilha com o novo espaço, a Sala Indígena. Também é feita a análise da Sala Indígena e do plano de ensino sob a luz da Lei 11.645/2008. Conclui-se que essa lei tem papel fundamental no fomento à formação de educadoras e ao Ensino de História Indígena.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; História Indígena; Indigenização de museus; Museu Júlio de Castilhos.

Abstract

The article explores how the history and culture of Mbyá-Guarani people are portrayed in the Júlio de Castilhos Museum. Following the teaching plan *Os Mbyá-Guarani e o Milho*, the aim is to comprehend the roles that the installation of the new Indigenous Room plays as a place for pedagogical action and history teaching, and how these roles respond to recent notions on the teaching of ethnical and racial relations. Thus, the installation, as well as the exhibit design of the old Farroupilha Room, was compared with the new Indigenous Room. The analysis of the Indigenous Room and the teaching plan is further carried out under Brazilian law 11.645/2008. The conclusion points to the Brazilian law 11.645/2008 as playing a pivotal role in promoting the formation of teachers and in the teaching of Indigenous History.

Keywords: Patrimonial Education; Indigenous History; Indigenization of museums; Júlio de Castilhos Museum.

Introdução

Este artigo tem por finalidade refletir de que forma se dá a representação da cultura e da História Mbyá-Guarani na Sala Indígena do Museu Júlio de Castilhos e quais as potencialidades desse local para o ensino de História Indígena. Entre os objetivos do texto, estão a compreensão de qual é o papel que a instalação da Sala Indígena – local que abriga o patrimônio histórico e cultural – possui enquanto espaço de ensino de História, e de que forma ela atende às recentes concepções de Educação das Relações Étnico-Raciais. Para tanto, foi examinada a aplicação da lei 11.645/2008 – referente à obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – no plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho”,

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). E-mail: mariana.rbr@hotmail.com

desenvolvido em conjunto por Ana Caroline C. das Neves, Mariana Ribeiro e Karolini M. K. dos Santos, e posto em prática em seis mediações no Museu Júlio de Castilhos.

Dessa forma, o artigo elabora-se a partir da comparação entre a concepção, a montagem e o acervo das Salas Farroupilha e Indígena e da análise do plano educacional que foi posto em prática na Sala Indígena. Como fontes, será trabalhada a própria experiência empírica vivenciada ao longo do contato com o Museu Júlio de Castilhos e também a versão final do plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho” (NEVES; RIBEIRO; SANTOS, 2019). Essa experiência foi gerada a partir do requisito obrigatório da disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial, que demanda o desenvolvimento de um plano de ensino e sua prática em alguma instituição de caráter museológico e/ou voltada para a Educação Patrimonial. O estágio obrigatório, formado por carga horária teórica e prática, estendeu-se ao longo do segundo semestre de 2019. A distribuição de sua carga horária se deu da seguinte forma: 10 horas voltadas para que as discentes pudessem observar mediações do museu escolhido, 10 horas de exploração e de pesquisa do acervo museológico e do setor educativo da instituição e 20 horas de atuação com o público escolar, equivalentes a, no mínimo, seis mediações. Além da carga horária mínima determinada e atendida, fez parte da construção dessa experiência duas reuniões com a equipe técnica e educativa do Museu Júlio de Castilhos, em que foram debatidas a história e a origem do museu, as antigas e as novas diretrizes museológicas e pedagógicas adotadas pela instituição, e sugestões e apontamentos para a elaboração do planejamento e das mediações.

O suporte teórico para atingir os propósitos do artigo será baseado nas discussões em torno de conceitos vivenciadas ao longo da disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial, em sua bibliografia indicada e no acréscimo de literatura relacionada com o assunto, pensando sempre na união e na coerência entre formação teórica e prática de educadoras de História.

A pertinência deste texto ampara-se na avaliação de Freire (2016), que defende que espaços de educação como museus e escolas não podem ser perpetuadores de preconceitos, “des-ensinamentos” e do senso comum. Este artigo visa salientar a importância do tema aqui tratado, abordando a representação de indígenas – formadores de grupos étnico-sociais, que se fazem presentes em questões sensíveis do presente e que têm estado em disputas narrativas recentemente – em um espaço de Memória e História, campos em que essas disputas também se dão.

O museu e as salas

O Museu do Estado teve a sua criação outorgada pelo presidente do estado do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, através de um decreto-lei em 1903.² A partir de 1907, seu nome é mudado para Museu Júlio de Castilhos em homenagem ao antigo presidente do estado, Júlio Prates de Castilhos, falecido em 1903 e que fora grande aliado político de Borges de Medeiros. Júlio de Castilhos residiu na casa sede do museu entre 1898 e a data de sua morte. O principal aspecto na transformação da antiga casa de Castilhos no primeiro museu do estado foi a influência positivista no cenário político rio-grandense da virada do século. O estabelecimento de um museu especificamente naquela antiga casa representou para os positivistas uma forma de alcançar a superação da morte, já que a vida de Júlio de Castilhos seria eternizada naquele local público.

A trajetória de exposições permanentes e temporárias do Museu Júlio de Castilhos remete, majoritariamente, à apologia e à representação de *grandes figuras* da História do estado do Rio Grande do Sul. Os personagens retratados no museu, até pouco tempo atrás, tinham um perfil definido: homens brancos, na maioria das vezes pertencente à elevada classe econômica e política. A perspectiva historiográfica dos *vencedores*, até então priorizada por essa narrativa museológica, pouco preocupava-se em reconhecer a presença de grupos marginalizados ao longo da história, como negras, negros e indígenas. Porém, essa narrativa vem sendo subvertida nos últimos anos em acordo com as novas tendências historiográficas e museológicas que prezam pela representação desses grupos previamente subjugados, ao passo que existe um esforço institucional do museu em destacar o protagonismo desses indivíduos nos processos históricos que eles fazem parte. Pensando na democratização dos espaços de História, Memória e Cultura, a equipe responsável pelo Museu Júlio de Castilhos tem desenvolvido diversas exposições e eventos com o intuito de fazer do museu um espaço plural.

A reflexão sobre espaço museológico, o Museu Júlio de Castilhos, possibilita traçar possíveis usos do Patrimônio histórico-cultural como ferramenta e objeto do ensino de História e educação patrimonial. De acordo com Costa (2017), parte dessas possibilidades conectam-se com a noção de que a problematização dos objetos encontrados nos museus, enquanto parte da produção material humana, relaciona-se de forma expressiva com o ensino

² As informações a respeito da história e da fundação do Museu Júlio de Castilhos foram reunidas e assimiladas a partir da apresentação da instituição pelos funcionários do museu. Essas e outras informações sobre o museu podem ser encontradas no seu *website* oficial. Disponível em: <<http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

de História. Essa perspectiva provoca várias alternativas que a leitura de um objeto pode ter no ensino e na aprendizagem de História. Conforme afirma a autora

Pensar o ‘mundo dos objetos’, em uma sociedade marcada pelo colecionamento do ato de comprar e pela valorização, em consequência, do descarte, é um dos caminhos para construir relações significativas para o ensino de História, pautado na problematização do tempo presente. (COSTA, 2017, p. 98)

Assim, identificam-se possibilidades educacionais nesses espaços que intencionam o desenvolvimento de um ensino de História no qual presente, passado e futuro são questionados e problematizados e as “conexões que os objetos propiciam entre o singular e o universal, o material e o imaterial, o eu e o nós” (COSTA, 2017, p. 102) são exploradas. A partir disso, almeja-se que os educandos não somente se reconheçam como sujeitos de agência histórica em sua individualidade, mas que também todos os indivíduos, mesmo que aparentemente alheios a si mesmos, sejam percebidos dessa forma.

Uma vez que as atividades museológicas são compreendidas enquanto parte da prática e da produção do conhecimento histórico, pode-se pensar nas atividades de curadoria de uma exposição em um museu como análogas ao processo historiográfico de seleção de fontes. Segundo Costa e Bahlis (2016), “A história é feita com fontes, dados do passado que a partir das perguntas que lhe são feitas, são interpretadas por quem as faça. Não há história sem fontes, porque são essas as peças do passado que o historiador tem para analisar”(COSTA e BAHLLIS, 2016, p. 349). Portanto, a análise da expografia da antiga Sala Farroupilha do Museu Júlio de Castilhos se mostra indispensável para a compreensão do tipo de narrativa histórico-museográfica escolhida pelos museólogos, historiadores e técnicos.

Ao longo de sua existência, a Sala Farroupilha recebeu variadas exposições temáticas referentes à época farroupilha. No período aqui analisado, entre setembro e novembro de 2012, esteve ativa a exposição permanente sobre a Revolução Farroupilha. Segundo a listagem e a análise dos trinta e oito objetos expostos na sala, feita por Morates (2012), todos eles respondem a uma proposta narrativa de *Grandes Homens*. Interessante notar que esses *Grande Homens* eram todos parte do grupo Farroupilha, possivelmente uma resposta museográfica às demandas de identidade coletiva dos gaúchos em relação à Guerra dos Farrapos.

Entre os objetos que constituíam essa exposição, eram encontrados principalmente objetos pessoais dos *heróis farroupilhas* (porta-areia, tinteiro, suspensório), quadros (retratos e pinturas de residências), objetos de simbologia farroupilha (bandeira republicana, distintivo

em tecido, hino rio-grandense) e objetos de caráter bélico (lanças, canhão de salva, garrucha, ponta de lança, espada).³ Contudo, é evidente no inventário de objetos da exposição uma questão marcante: a ausência de mulheres, negros e indígenas.

Nessa expografia, as mulheres são mencionadas somente na legenda de um distintivo usado pelas senhoras e moças republicanas e na figura de Anita Garibaldi que, por sua vez, é sempre associada ao revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi (MORATES, 2012, p. 65). Quanto aos negros, que tiveram importante participação na Guerra dos Farrapos como reconhece a historiografia recente, são brevemente lembrados pela atuação do agrupamento dos Lanceiros Negros. Porém, pode ser apontado o silêncio da exposição sobre o apoio dos líderes farrapos à escravidão, em contradição à sua luta por liberdade. Por fim, a representação de grupos e indivíduos indígenas é limitada à referência do uso e fabricação das lanças utilizadas nas batalhas. Não existe na exposição nenhum objeto de origem indígena e nos dois grandes textos de apresentação da Sala Farroupilha não há aprofundamento sobre a participação indígena no conflito e nem sequer sobre a natureza do apoio indígena aos farrapos.⁴

Faz-se importante lembrar que o processo de pesquisa e de construção da expografia de uma exposição em um museu relaciona-se com escolhas e seleção de temas, objetos-documentos, sujeitos que formam a narrativa a ser proposta pela instituição aos visitantes. Portanto, mesmo que aos museus possa ser atribuído o título de detentores do monopólio da História e Memória públicas, é importante ressaltar que essa *oficialidade* tem caráter arbitrário, uma vez que as escolhas feitas naquele espaço, apesar de cerceadas por conhecimento especializado, ainda são escolhas que compõem uma narrativa histórico-museológica. Não escapa dessa perspectiva a Sala Farroupilha e a sua tradicional exposição, que foram pensadas dentro de um contexto no qual a História de grupos marginalizados ainda não havia sido incorporada naquele espaço público. Em contrapartida desse caso, temos a Sala Indígena, construída em torno da noção da existência e resistência, pluralidade e protagonismo dos indivíduos e povos indígenas brasileiros no tempo presente, e não em torno de sua história até à época colonial.

³ A listagem completa e detalhada dos objetos dessa exposição pode ser encontrada em MORATES, 2012, p. 54-73.

⁴ Contrariando o silenciamento da exposição, Neumann (2014, p. 107) afirma que “[...] as populações ameríndias estiveram presentes do primeiro ao último dia [da Guerra dos Farrapos]. Não se trata de uma participação fortuita ou efêmera, muito ao contrário, eles foram parte integrante das tropas e milícias formadas nesse decênio bélico, ocasião em que as armas foram constantemente acionadas na fronteira meridional.”. Esta e outras extensas pesquisas historiográficas corroboram o paradigma de participação ativa de grupos de indígenas e negros nos conflitos farroupilhas (1835-1845).

A nova Sala Indígena do Museu Júlio de Castilhos está aberta para visitas desde agosto de 2019. Ela atualmente ocupa parte do espaço que anteriormente abrigava a antiga Sala Farroupilha, que deixou de existir em junho do mesmo ano. Antes da Sala Indígena aqui tratada, existiu no museu outra sala com o mesmo nome, que ocupava outro espaço. A opção pela substituição e reorganização de uma Sala Indígena por outra e também pela extinção da antiga Sala Farroupilha surgiu exatamente a partir do entendimento de que existia uma lacuna no museu a respeito da representação da História e Cultura de povos indígenas. No que tange à Sala Farroupilha, atualmente toda a equipe do museu está envolvida em um processo de pesquisa sobre os farrapos e levantamento dos objetos relativos ao tema no acervo, para que uma nova sala e exposição sejam concebidas.

De acordo com o “Guia da Exposição Memória e Resistência” (2019), elaborado pela equipe de historiadores e de museólogos da instituição, a Sala Indígena e sua primeira exposição, *Memória e Resistência*, têm como principal projeto o combate a preconceitos a partir da apresentação de informações sobre povos indígenas brasileiros, com destaque àqueles situados na região sul do país. A orientação de educação antirracista da sala esteve presente desde sua elaboração inicial, dado o compromisso do museu em modificar a forma que os indivíduos e os grupos indígenas eram representados naquele espaço. Para que a exposição não fosse centrada somente em uma perspectiva de conhecimento e de experiências não-indígenas, parte da equipe do museu fez algumas visitas à comunidade indígena Cantagalo, em Viamão-RS, buscando a orientação e a assistência de seus habitantes. A partir dessas visitas, foram construídos laços de amizade e cooperação entre o museu e a comunidade, de modo que as visitas foram retribuídas e o museu foi presenteado com diferentes espécies de milho, alimento sagrado para os Mbyá-Guarani e que não pode ser comercializado.

O acervo da exposição, que foi selecionado em conjunto com os Mbyá-Guarani, preocupa-se em apresentar variados aspectos da vida e cotidiano de diversos povos indígenas. Entre os objetos expostos estão produções artesanais, como colares e pulseiras, cerâmicas, máscaras de uso religioso, arcos e flechas de tipos e usos variados, fotografias e as espigas de milho que foram doados ao museu. Também existe na sala uma composição estética que remete à natureza, com folhas secas espalhadas pelo chão e sons de pássaros que ajudam a criar a atmosfera que faz lembrar os locais de habitação de povos indígenas no Rio Grande do Sul, como os Mbyá-Guarani e os Kaingang. Os objetos expostos e a própria sala pretendem representar parte das peculiaridades, contextos e cerimônias aos quais estão vinculados,

operando a conscientização do público do museu sobre a História e a resistência indígena, destacando as relações entre as lutas do passado e do presente desses povos.

O plano de ensino e as mediações

Como tem sido discutido, museus e exposições histórico-museológicas são campos de disputa discursiva e narrativa. Também fazem parte dos espaços de disputa o Currículo Escolar e o Ensino de História, já que ocorrem também nesses campos a legitimação e *oficialização* das narrativas históricas públicas. Ao tratar sobre a presença dos indivíduos e dos povos indígenas ao longo da história do Ensino de História no Brasil, Bittencourt (2013) ressalta que, pelo menos, desde o final do século XIX existe uma “tradição escolar” no país a respeito do ensino da História desses povos. Entretanto, essa tradição limita a presença indígena na história do país com início na chegada dos europeus às Américas e o fim com a formação do Estado Nacional brasileiro. A presença da História Indígena sob essas condições representa a rejeição do passado e do presente desses povos, uma vez que “A negação pela maioria dos historiadores em reconhecer os indígenas como povos históricos tem sido uma marca da produção historiográfica no Brasil, fortemente calcada no eurocentrismo, e esta tendência se apresenta nos livros dos diferentes níveis escolares.” (BITTENCOURT, 2013, p. 131).

Apesar disso, Bittencourt (2013) salienta que a promulgação da Lei Federal 11.645, em 2008 – que diz respeito à obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas de educação básica, públicas e particulares – tende a ser uma ruptura com o antigo legado escolar, já que sua eficiência enquanto legislação depende diretamente da formação de educadores em torno desses temas. É possível compreender que a promulgação da lei representa, além de outros aspectos, a noção de que a educação, e nesse caso a educação *antirracista*, tem papel primordial no combate a preconceitos.

Em consonância com essas ideias, temos a produção do plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho” (NEVES; RIBEIRO; SANTOS, 2019), elaborado ao longo da disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial. Pensado coletivamente a partir da exposição *Memória e Resistência*, o plano de ensino foi posto em prática ao longo de visitas de escolas públicas ao Museu Júlio de Castilhos. Enquanto ferramenta de ensino e avaliação na formação de educadoras, esse planejamento teve sua fundamentação teórica apoiada principalmente na Lei 11.645/2008 e na noção de que espaços de patrimônio

histórico-cultural são de expressiva relevância na democratização e na pluralização do ensino de História. Conforme afirmam as autoras no documento

[...] entendemos o museu como oportunidade de executar uma prática pedagógica que possibilite a construção e difusão de um conhecimento histórico libertador e construído de forma plural, respeitando e promovendo a cidadania e democracia, e não mais enquanto uma compilação cronológica de grandes fatos e homens. (NEVES; RIBEIRO; SANTOS, 2019, p. 4).

Assim, é possível afirmar que a estruturação da ação educativa “Os Mbyá-Guarani e o Milho” foi feita de modo a combater preconceitos através da educação e demonstrar o crescente interesse de educadores em incluir a História Indígena em suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, pode-se dizer que algumas dificuldades foram encontradas no processo de elaboração, escrita e prática desse plano de ensino. Entre os maiores desafios figurou a carência na formação de professores e de pesquisadores de História a respeito da História Indígena e de metodologias historiográficas e pedagógicas que contrastem com o eurocentrismo predominante. Porém, é interessante ressaltar que foram essas carências formativas que, em parte, estimularam a pesquisa a respeito da relação dos Mbyá-Guarani com o milho e a reflexão acerca das práticas pedagógicas dos educadores.

Esse plano de ensino foi desenvolvido em torno de um elemento comum entre alunos não-indígenas e o povo Mbyá-Guarani: o milho. Essa foi uma escolha motivada pela percepção das autoras sobre a familiarização dos alunos-visitantes com os Mbyá-Guarani, a partir de um elemento cotidiano a todos, colabora com a desconstrução de preconceitos e de estereótipos relativos aos grupos indígenas. Assim, partindo de três perguntas que questionam preconceitos comuns a respeito dos indígenas: Os indígenas são selvagens atrasados? Muita terra para poucos indígenas? e Os indígenas são preguiçosos?. Com base nessas questões, ao longo das mediações foi possível desenvolver com os alunos a relação do milho com a organização social Mbyá-Guarani, destacando três aspectos: seu relacionamento com a tecnologia, com a terra e com o tempo.

Ao longo das mediações, foram compartilhadas e discutidas com os alunos informações sobre o modo de vida e de habitação dos Mbyá-Guarani, suas produções tecnológicas e seus usos, suas práticas religiosas e culturais e seu relato de origem através das ligações desse povo com o milho, alimento sagrado e que faz parte de sua base alimentar. Fez-se visível no decorrer do plano de ensino e das mediações a evidência dada à História contemporânea dos Mbyá-Guarani. Isso ocorreu de modo que narrativas eurocêntricas, que costumavam apagar e secundarizar a presença de indígenas em espaços museológicos e na

História nacional, foram subvertidas para marcar a resistência e o protagonismo no tempo presente desses povos.

Assim, ficam marcados os dois objetivos centrais no plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho”; o primeiro deles é a desconstrução de preconceitos étnico-sociais contra a população indígena, através da educação antirracista, e o segundo é o reconhecimento e valorização da História de povos indígenas como História do tempo presente, identificando suas formações sociais e culturais contemporâneas. No decorrer das mediações, que também foram compartilhadas coletivamente pelas educadoras, a exposição *Memória e Resistência*, em sua seleção de objetos e montagem da sala, mostrou ter plena importância na troca de conhecimentos que ali ocorreu. Por conta disso, é dado destaque à curadoria coletiva das peças utilizadas na exposição e nas interações das mediações, uma vez que “[...] quando as populações indígenas interagem com os objetos de coleções particulares ou depositadas em museus, elas dão vida a esses objetos, pois a partir deles são lembradas e revividas histórias, mitos, acontecimentos, pessoas, canções, performances rituais etc.” (SILVA, 2016, p. 72).

A Sala Indígena ainda permitiu que os saberes sobre os Mbyá-Guarani não fossem monopolizados pela fala expositiva das professoras, mas sim que esses indivíduos pudessem ser os contadores e os protagonistas de sua própria História, através de suas produções materiais e imateriais. Isso é demonstrado em um dos momentos das mediações, quando foi exibido um vídeo aos alunos, que mostra um professor Mbyá-Guarani narrando uma das várias versões da história do milho às crianças da Aldeia Reflexo da Água Cristalina - SC. Esse momento ilustra a intenção das educadoras, museu e ação educativa de subverter o local museológico ao dar espaço para a população indígena não mais ser objeto de estudo, mas no lugar disso ser agente de sua própria história.

Considerações finais

Após a análise comparativa entre as Salas Farroupilha e Indígena aqui apresentada é possível observar que, apesar de aproximações de caráter técnico, como a seleção de objetos para expografia de acordo com a narrativa almejada, destacam-se as diferenças entre elas. Por um lado, a antiga Sala Farroupilha pouco ou nada atendia às demandas sociais, já existentes na época, a respeito da Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino da História e Cultura Indígenas. Por outro, a nova Sala Indígena e sua exposição *Memória e Resistência* mostra ter envolvimento intrínseco com uma noção de educação antirracista, voltada para o combate de preconceitos através do acesso à informação e a variados conhecimentos. É

interessante notar que, no processo de mudança e reformulação das salas, um mesmo espaço físico teve seus diferentes usos contrastados. Pode-se atribuir a modificação da sala e de concepções museológicas da instituição, em parte, à promulgação da Lei 11.645/2008, que tem fomentado ações educativas que respondem a novas tendências historiográficas, museológicas e pedagógicas.

O Museu Júlio de Castilhos tem se associado ao que parece ser uma nova consciência no campo da museologia, que busca valorizar e representar a diversidade étnico-racial brasileira. A respeito disso, Silva (2016) escreve que “[...] os museus que outrora já foram identificados e criticados como instrumentos do colonialismo ocidental vêm sendo percebidos, cada vez mais, como lugares potenciais para a produção e partilha de conhecimentos e de encontro, diálogo e interação intercultural”(SILVA, 2016, p.75).

Sendo assim, os museus e outros locais de educação patrimonial devem ser encarados como espaços e ferramentas pedagógicas que possibilitam a sensibilização de seus visitantes-alunos em relação às diferentes temporalidades do passado, presente e futuro. Isso se dá em decorrência de que sua mais importante matéria-prima, os objetos, podem ser trabalhados, questionados e problematizados de modo a provocar sua desnaturalização e, assim, instigar a curiosidade, principal atributo do fazer científico. Sendo indispensável ao Ensino de História a capacidade de produção de significados, museus podem ser locais de educação privilegiados.

Por fim, a Lei 11.645/2008 demonstra ter impacto positivo, mesmo com limitações, não apenas no âmbito da Educação Básica, uma vez que sua relevância influenciou a produção do plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho” e as mediações que o colocaram em prática, por parte de professoras de História em formação. Portanto, pode-se afirmar que a história e cultura indígena, mais especificamente do povo Mbyá-Guarani, são representadas em consonância com as mais recentes concepções historiográficas e metodológicas, tanto na Sala Indígena e na exposição *Memória e Resistência* quanto no plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho”.

Pensando na forma que os indígenas, e nesse caso os Mbyá-Guarani, foram representados ao longo da ação educativa aqui tratada, seu planejamento e mediações, é possível dizer que teoria e prática estiveram atreladas a concepções de uma educação democrática, plural e antirracista. É destacado também que durante as mediações, em que a interação entre museu-objetos-educadoras-alunos era tangida, foi sempre intencionada a ênfase à historicidade do tempo presente dos Mbyá-Guarani, de forma que a tradição escolar

de excluir grupos e indivíduos indígenas da narrativa histórica brasileira após o período colonial (BITTENCOURT, 2013) pôde ser superada.

O maior aspecto positivo da indigenização dos museus e dos planos de ensino é a possibilidade que grupos marginalizados e subjugados, como os povos indígenas, têm de tomar o lugar de protagonistas em suas representações. Mais do que isso, além questionar a forma como o Ensino de História tem representado essas populações historicamente, faz-se urgente colaborar com a abertura de espaços para que indígenas tenham cada vez mais agência sobre como eles querem *se* representar.

Fontes

BRASIL. Lei nº 11.645 de 15 de abril de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acessado em: 20/12/2019.

MJC. Guia da Exposição Memória e Resistência. Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 2019.

NEVES, Ana Caroline C. das; RIBEIRO, Mariana; SANTOS, Karolini M. K. dos. **Os Mbyá-Guarani e o Milho**. (Plano de aula desenvolvido para a disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2019.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

COSTA, Carina M. A poesia das coisas no ensino de História: exercícios de sensibilização. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; MIRANDA, Sonia Regina (orgs.). **Patrimônio no plural: educação, cidades e mediações**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017, p. 95-121.

COSTA, Gabriel Castello; BAHLLIS, Marcelo. Você e o museu: Objetos, História e Memória. **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, jul., p. 348-363, 2016.

FREIRE, Ribamar Bessa. Museus indígenas, museus etnográficos e a representação dos índios no imaginário nacional: O que o museu tem a ver com educação? In: Marília Xavier Cury (org). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura/ACAM Portinari/Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016, p. 33-38.

MORATES, Lucas Antônio. **Testemunhas silenciosas: análise expográfica da Sala Farroupilha no Museu Júlio de Castilhos**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2012.

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. **Histórico**. Disponível em: <http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/>. Acessado em: 03/07/2020.

NEUMANN, Eduardo Santos. "Um só não escapa de pegar em armas": as populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). **Revista de História**, São Paulo, n. 171, dez., p. 83-109, 2014.

SILVA, Fabíola Andréa. "Leva para o museu e guarda": uma reflexão sobre a relação entre museus e povos indígenas. In: Marília Xavier Cury (org). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura/ACAM Portinari/Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 71-79.

Agradecimentos

Agradeço à equipe de profissionais do Museu Júlio de Castilhos por tão bem receber a mim e as colegas Karolini M. K. dos Santos e Ana Caroline C. das Neves na realização do estágio. À Prof.^a Dr.^a. Caroline Pacievitch, pela orientação e ensinamentos compartilhados na disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial no segundo semestre de 2019. Agradeço também ao tradutor Luiz Felipe Lipert, pela revisão e sugestões sobre o texto e pela tradução do resumo.